

Con-Brasil

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO

ESTADO DE SÃO PAULO

25 ABR 1996

Crescimento agora e sempre



**Contentar-se
com 4% neste
ano, para
aspirar crescer
mais nos anos
distantes**

Taxas de juro elevadas, inadimplência e desemprego em alta sublinham as dificuldades que terá de enfrentar o governo nos próximos meses. Com alta probabilidade, a taxa de inflação mensal também estará um pouco mais elevada por razões ligadas à estação do ano e à temporada de ajuste de tarifas e do salário mínimo. Apesar de ser essa elevação sazonal já esperada e sem importância maior, não faltarão sugestões para que o governo promova um crescimento econômico superior aos 3,5% a 4% esperados para 1996. O que inclui aumentar os gastos, estimular o aumento de crédito e baixar mais rapidamente os juros. Em política macroeconômica, entretanto, as más notícias, a curto prazo, costumam ser péssimas conselheiras.

A rigor, um grande desafio da política macroeconômica em 1996 é romper o ciclo chamado de stop and go, que caracterizava período de alta inflação. Os esforços de redução da inflação elevada não eram capazes de extirpar raízes e terminavam apenas aparando o mato, fazendo-o voltar a crescer com viço renovado. Infelizmente, o fenômeno não foi eliminado das expectativas dos agentes econômicos, apesar do sucesso do plano de estabilização em baixar a inflação, pois o excesso de crescimento, do início de 1995, teve de ser freado de forma drástica diante da

crise mexicana. O stop and go é designação que os economistas usam para os espasmos de expansão e contração da demanda global por bens e serviços que costumam acompanhar as tentativas malsucedidas de estabilização. Nas tentativas bem-sucedidas, a recuperação vem da economia, do aumento dos gastos de investimento e de consumo e não do afrouxamento do governo.

A idéia é simples, o fenômeno universal e a origem bem conhecida: deriva-se do fato elementar de que as medidas de política macroeconômica, que têm ação sobre a economia (seja ela restritiva como um aumento de impostos ou expansionista como uma redução na taxa de juro), levam tempo para suruir efeito sobre o nível de atividade. O fenômeno é agravado pelo fato de que esse interregno é usualmente variável, algo difícil de ser antecipado com segurança. Costuma definir, assim, uma espécie cruel de purgatório do responsável pela estratégia de estabilização, no qual o sofrimento presente na economia não garante o caminho do paraíso. Durante esse intervalo, as medidas tomadas são julgadas inócuas, o administrador exposto como incompetente e a economia caracterizada como particularmente pervertida e mal compreendida, estimulando a criatividade do livre pensar econômico, que afinal, co-

mo ensinou Millôr Fernandes, é só pensar.

A interpretação usual para a demora no aparecimento de resultados gera dois tipos de comportamento dos governos: ou há um exagero para reforçar as intenções e reafirmar a seriedade de propósitos ou o recuo diante das pressões políticas contra as medidas econômicas que restringem a demanda. Praticamente, todas as histórias de fracasso têm o mesmo enredo. Os sucessos são mais variados.

O debate acerca do crescimento econômico possível a curto prazo, não pode perder de vista as possibilidades da economia em prazos mais longos. A curto prazo, uma aceleração saudável do crescimento já está sendo estimulada pela confiança crescente na firmeza dos rumos da política econômica e pela tranquilidade na área externa, depois que foram afastados os fantasmas trazidos pela crise mexicana e pela pressão interna para uma desvalorização cambial salvadora. Decisões do investimento privado costumam ser tomadas com base em posicionamento estratégico que leva em consideração não a taxa de juros de curto prazo, mas as perspectivas de durabilidade da estabilização. É por essa razão que estamos vivendo um ciclo favorável de aumento de investimentos privados, que atinge vários setores da economia, dos quais os mais visíveis, pelo porte, são transportes, telecomunicações e indústria automobilística, mas que se estendem à agroindústria e aos bens de consumo não durável. A indústria de vestuário, por exemplo, deve responder favora-

velmente à queda das tarifas de importação de fios e tecidos. O processo de aumento da capacidade de produção é lento e vai requerer a firmeza de propósitos na estabilização de modo que as decisões de investimento sejam viabilizadas pelo aumento da poupança doméstica, o que requer a recuperação da poupança pública.

É falso e ultrapassado o debate sobre a conveniência de se "acelerar a retomada" que significa apenas utilizar mais a capacidade produtiva existente; o que pode ser feito de forma rápida mas de curta duração, como se fosse uma escolha entre o crescimento econômico e a recessão. Afinal, crescimento econômico é prioridade agora e sempre, para um país pobre. Em algum ponto da evolução do debate sobre a política econômica, deverá ficar progressivamente mais claro que as possibilidades de crescimento sustentado para além do horizonte imediato dependem, hoje, mais dos estímulos à oferta que se constroem nos ministérios da Educação, da Saúde e da Ciência e Tecnologia, que definirão as bases da produtividade do trabalho do que dos recuos do Banco Central para estimular a demanda. Em suma, crescer rápido agora é fácil, mas provavelmente o governo terá de contentar-se com uma taxa moderada, em torno de uns 4% neste ano, para poder reformar seu modo de agir sobre a economia e aspirar a crescer a taxas próximas da taxa histórica (algo superior a 6%) nos anos mais distantes.

■ Dionísio Dias Carneiro é professor do Departamento de Economia da PUC-RJ